

Ata da 257a. sessão do Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco

As vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta cinco, pelas dezessete horas, no salão número trinta e quatro do Palácio da Justiça, nesta cidade, reuniu-se extraordinariamente o Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Neves, servindo como primeiro secretário o doutor João Emerenciano e como segundo secretário, ad. loc., no início da sessão, o doutor Selagio Pereira, e ao final, o efetivo, doutor Luiz Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros Adoalto José de Alencar, João Pinheiro Lima, Elói Neves Batista, Sergio Riquino Dias dos Santos, José Laurênio Accioly, Gustavo Cintra Baasfous, Fernando Mendonça, Ayrton Holmes Lima, Eduardo Collier, Rodolfo de Albuquerque Araújo, Carlos Martins Moreira, Luiz Pinto Seneira e Salosa de Almeida. Iniciadas as trabalhos, foi lida e aprovada a ata referente à sessão anterior. Com a palavra, justificaram terem faltado à última reunião os Conselheiros Elói Batista, Eduardo Collier, Selagio Pereira, João Emerenciano, Ayrton Holmes Lima e João Pinheiro Lima. No expediente consta a leitura de um ofício do Secretário Geral da Ordem comunicando que o Conselho Federal da Ordem aprova o parecer do Conselho Reformador queiror no sentido de "recomendar a todos as seções da Ordem que insturem os seus membros no sentido de que, com fundamento geral no princípio da resistência passiva às determinações



arbitrárias. não admitam a revista pessoal in-  
entrada por respectivos fôros, quando no exercício  
ou profissão, sempre que a autoridade encarrega-  
da dessa medida ou polícia preventiva proceda a  
discriminação de pessoas; quaisquer que sejam os  
cargos ou funções que exercam"; de um ofício do  
advogado Eulino Bombosa denunciando o exercício  
de advocacia pelo bacharel Waldemar Cavalcanti de  
Araújo, não inscrito nos quadros da Ordem, deli-  
berando o Conselho pedir providências no tocante.  
Foi a Carpina contra tal irregularidade, inclusive  
instauração do competente processo criminal. Iniciando  
se a ordem do dia o Senhor Presidente deu  
conhecimento ao Conselho de que recebera, em  
data de 1 de corrente, um ofício do Conselho Se-  
cundário da Ordem, expedido ao Rio em 28 de  
outubro e datado de 18 do mesmo mês, referen-  
te ao prazo (até 3 de novembro) para apresentarem  
se emendas ao anteprojeto do novo Estatuto da  
Ordem. Lem, em seguida, o telegrama que diri-  
giu àquela Conselho contestando a fixação do prazo  
e demonstrando que era impossível apresentar  
emendas nas ditas circunstâncias. O Presidente  
ainda esclareceu que os trabalhos da Comissão  
contendo emendas àquela anteprojeto estão em  
vias de conclusão e serão submetidos à apre-  
ciação do Conselho em sessão especial. Com  
a palavra, propôs então o Conselheiro Elcio  
Batista que o Conselho votasse uma moção  
de repulsa ao regime político instalado no País,  
a partir de 11 de corrente. A respeito da  
moção, a Presidência levantou uma preliminar  
fundada na expressão litta do artigo 8º



do Regulamento da Ordem que proíbe manifestações do Conselho que não sejam sobre assuntos imediatamente atinentes aos objetivos da Ordem, proibição idêntica estando contida no artigo 3º do Regulamento da Seção. O Conselheiro Jordão Emericiano lembrou, a propósito da preliminar, que o clima de legalidade e o perfeito funcionamento das instituições interessava imediatamente ao livre exercício da profissão de advogados, não a acozados por isso, embora, no mérito, votasse em outras turmas pela moção pró-legalidade. O Conselheiro Gustavo Paasgauz fez demoradas considerações sobre o regime vigente, criticando a atuação do ministro da Guerra, concluindo contra a preliminar da Presidência e pela moção de Elair Batista. Ainda contra o ponto de vista da Presidência se manifestou o Conselheiro Fernando Mendonça. O Conselheiro Lamênis Acioly apoiou a preliminar da Presidência, adiantando porém que, pessoalmente e como advogado, sustentaria o ponto de vista do Conselheiro Elair Batista. O Conselheiro Carlos Moreira argumentou em favor da procedência da preliminar em causa, e afirmou, ao ainda não se poder dispor de informes seguros que autorizem uma apreciação do mérito. Manifestou então o Conselheiro Delagio Pereira o entendimento de que a preliminar implicava o mérito da questão. Encerrados os debates e posta em votação, foi a preliminar acolhida contra os votos dos Conselheiros Jordão Emericiano, Fernando Mendonça, Elair Batista, Rodolfo Azeiteiro, Gustavo Paasgauz, Ayrton Holmes Lima e Salles de Almeida. Passou-se em seguida ao julgamento





os processos e inscrições, sendo aprovados, os  
 seguintes pareceres da Comissão de Indicação:  
 pela inscrição, no quadro de advogados, em caráter  
 definitivo, dos bacharéis Jorge dos Santos<sup>Souto</sup>, Luiz He-  
 ródio do Rego, Milton Wanderley de Azeiteira, sem im-  
 pedimento; e Renato Acioli Carneiro Campos, com  
 impedimento contra a Fazenda Estadual; em cará-  
 ter provisório, dos bacharéis Fernando Rego, sem  
 impedimento, Uliracy Silva Barbosa, com impe-  
 dimento contra a Fazenda Estadual, Edson Bartolomeu  
 Sereira Gomes, Elson Cavalcanti Carneiro Leão,  
 José Elairio de Lima Saraiva, José Apolinário  
 de Pontes, com impedimento contra a Fazenda  
 Estadual, João Calado Borba, com impedimento  
 contra toda e qualquer pessoa jurídica de direito  
 público, em virtude de mandato legislativo, e Eli-  
 ton Paulo de Souza, com as provisões constantes  
 do art. 10, n. 4, do Reg. da Ordem, modificado  
 pela lei n. 510, de 22 de setembro de 1937; pela  
 transformação em definitiva das inscrições provi-  
 sórias dos bacharéis Aderson Sissão de Luna,  
 Walter Maranhão Schoettner, Luiz Araújo Jorge Sales,  
 Elairio da Graça de Lima Rabêlo, Sílvio Neves Ser-  
 reira e Zelin Cardim; pela inscrição, no quadro  
 dos solicitadores, dos acadêmicos Delecarlindo Nilo  
 de Albuquerque Rios, Guilherme de Amorim Filho,  
 Kivley Rosa de Sarias, José Vanderlei Carvalho, Van-  
 derlo Leal Guerra Curado, sem impedimento,  
 Isis de Albuquerque Vasconcelos, com impedimento  
 contra a Fazenda Estadual, e José Bernal Carneiro  
 Campêlo, com impedimento contra a Fazenda  
 Estadual; pelo cancelamento na carteira  
 profissional do bacharel Rídis da Silva, das



proibição constantes do artigo 10, n. IV do Regulamento, permanecendo, porém, a anotação de impedimento contra a Fazenda Estadual; e finalmente opinando pelo indeferimento do pedido de provisão de solicitador de causas de Luiz Vitorino Sobral, para as comarcas de Lagêdo, Juazeiro e Cupira. Ainda aprovou o conselho o parecer da Desembargaria no sentido de prorrogar até o fim do ano o auxílio mensal de Cr\$ 1.500 que vem sendo prestado ao advogado Severino Ramos Pereira Lima. O conselheiro Sergio Higinio recomendou providências em relação aos insultos em idêntico com a ordem, tendo o Senhor Presidente prestado esclarecimentos a respeito. Por proposta do conselheiro Jordão Emericiano foi aprovado um voto de congratulação aos doutores Elvino Batista e Sorquato de Castro pelo elegante concurso para as cadeiras de Direito Civil na Sociedade de Direito do Recife, havendo o primeiro os homenageados, presente à sessão, manifestado agradecimento. Encerrada a sessão, houve a leitura da ata que será assinada pela mesa, depois de lida e aprovada. Ficou ratificado o nome ao inscrito Jorge dos Santos para Jorge dos Santos Couto, constante da relação de inscrição retiro.

Pro. Canalicanti, Álvaro - Presidente  
 Jordão Emericiano 1.º Secretário  
 Vinu Lup